

Sérgio Cruz **Arenhart**
Gustavo **Osna**

Curso de
PROCESSO CIVIL
COLETIVO

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Andréia Regina Schneider Nunes, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Produção Editorial

Coordenação

IVÍE A. M. LOUREIRO GOMES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Marília Gabriela Gradin, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Leonardo Rocha

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arenhart, Sérgio Cruz

Curso de processo civil coletivo / Sérgio Cruz Arenhart e Gustavo Osna. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-322-1

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Osna, Gustavo. II. Título.

19-23691

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)

2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

Sumário

Apresentação	7
Capítulo 1 * O cenário processual e a necessidade de proteção coletiva	17
1.1. Nota introdutória	17
1.2. O processo civil e sua dilatação funcional	18
1.2.1. Autonomia do processo, declaração e "tutela": alterações na resolução de litígios	20
1.2.2. Além da lide bilateral: o processo e seus "novos" escopos	26
1.2.3. Sintetizando: o processo civil contemporâneo e sua complexi- dade funcional	31
1.3. A baliza da proporcionalidade como técnica de gestão processual	33
1.3.1. A baliza da proporcionalidade	34
1.3.2. A proporcionalidade como ferramenta de gestão processual .	40
1.3.3. A proporcionalidade e a proteção coletiva	47
Capítulo 2 * Os direitos metaindividuais e sua definição	51
2.1. O direito contemporâneo e a sua base individualista	51
2.2. O reconhecimento dos interesses metaindividuais	56
2.3. O reconhecimento moderno dos direitos metaindividuais	57
2.4. Avaliação crítica da definição legal e doutrinária dos direitos difusos e coletivos	62
2.4.1. Interesses metaindividuais e direitos metaindividuais	62

2.4.2.	A segmentação entre direitos difusos e coletivos	64
2.4.3.	Direitos metaindividuais e novos direitos	69
Capítulo 3	• Os “direitos individuais homogêneos” e sua definição	75
3.1.	O escopo da tutela coletiva de interesses individuais no ordenamento nacional	75
3.2.	Definindo os direitos individuais tuteláveis coletivamente	78
3.2.1.	Os direitos individuais homogêneos como categoria do direito material. A relevância social do interesse	79
3.2.2.	A natureza processual dos direitos de massa	84
3.2.2.1.	O critério da preponderância	85
3.2.2.2.	A quantidade de sujeitos envolvidos	88
3.2.2.3.	A viabilização do acesso à Justiça	89
3.2.2.4.	A homogeneidade da tutela	91
3.3.	O cânone da proporcionalidade como baliza para a definição	93
3.3.1.	Os direitos individuais de massa e a proporcionalidade	94
3.3.2.	A afinidade de questões e a proporcionalidade	101
Capítulo 4	• A racionalidade da tutela coletiva e o papel do julgador	105
4.1.	Premissas interpretativas	105
4.1.1.	O processo contemporâneo e as instituições processuais	105
4.1.2.	O processo coletivo e a releitura do direito processual	108
4.1.3.	O processo coletivo e a adequada representação de interesses	111
4.2.	A decisão coletiva e sua construção	116
4.2.1.	O processo coletivo e as consequências da decisão	116
4.2.2.	As decisões estruturais e a recomposição da atuação do processo	120
4.2.3.	As decisões estruturais e dicotomia público e privado	122
4.2.5.	Processo civil e impacto complexo: a moldura tradicional	128
4.2.6.	As decisões estruturais: a macrojustiça e a jurisdição	132
4.2.7.	Os litígios complexos e os processos estruturais	135
4.2.8.	Requisitos para um processo estrutural e cabimento no sistema brasileiro	141
4.2.9.	Alguns exemplos de sucesso na experiência brasileira	147

Capítulo 5 * Institutos comuns aos procedimentos de tutela coletiva	157
5.1. Aspecto geral: a efetividade do processo coletivo	157
5.1.1. Observações iniciais	157
5.1.2. Máxima efetividade e conformação procedimental. O microsistema de tutela coletiva	164
5.2. A prescrição em matéria coletiva	169
5.2.1. Observações Iniciais	169
5.2.2. A prescrição no direito brasileiro	171
5.2.3. A prescrição em relação aos direitos metaindividuais	174
5.2.4. A prescrição em relação aos direitos individuais homogêneos	177
5.3. A relação entre demandas coletivas e demandas individuais	186
5.3.1. A suspensão das ações individuais	186
5.3.2. A suspensão da prescrição das pretensões individuais	189
5.4. Conexão, continência e litispendência	192
5.5. Representatividade adequada	196
5.5.1. O devido processo legal e o controle da representatividade adequada	196
5.5.2. A representatividade adequada no direito comparado. A origem norte-americana	203
5.5.3. A representação adequada no direito brasileiro	208
5.5.4. Elementos para o controle da representatividade adequada no direito brasileiro	210
5.6. Coisa julgada e estabilização	218
5.6.1. O problema da coisa julgada coletiva	218
5.6.2. O atual regime do microsistema e a coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> nos litígios sobre direitos individuais homogêneos	220
5.6.3. A necessária revisão do sistema: individualismo e proporcionalidade	225
5.6.4. Coisa julgada em direitos metaindividuais	228
5.4.5. Coisa julgada <i>in utilibus</i>	234
5.4.6. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	240
Capítulo 6 * A ação civil pública como instrumento de processo coletivo	245
6.1. A ação civil pública como ferramenta bifuncional	245

6.2.	Ação civil pública ou ação coletiva?.....	248
6.3.	Ação civil pública e controle constitucional	253
6.4.	A Medida Provisória 2.180-35/2001	257
6.5.	Legitimidade em ação civil pública	260
6.5.1.	A legitimação do Ministério Público.....	261
6.5.2.	A legitimação da Defensoria Pública.....	270
6.5.3.	A legitimação dos estados e dos municípios	273
6.5.4.	A legitimação das associações civis	275
6.5.5.	As associações, a necessidade de autorização para ingresso em juízo e a Lei 9.494/97	279
6.6.	Competência em ação civil pública	284
6.6.1.	O problema do art. 16 da Lei da Ação Civil Pública.....	289
6.6.2.	O equívoco da interpretação literal do art. 16 da LACP	291
6.6.3.	A aplicação irrefletida do art. 16 e as decisões contraditórias ..	297
6.6.4.	O equívoco da interpretação “conciliadora” proposta pelo Superior Tribunal de Justiça	301
6.6.5.	A solução proposta.....	303
6.7.	O procedimento da ação civil pública – Aspectos gerais	309
6.7.1.	Petição inicial	310
6.7.2.	Defesa em ação civil pública.....	314
6.7.3.	Sentença coletiva e sistema recursal	317
6.7.4.	A efetivação das decisões tomadas em ações civis públicas ..	318
6.7.5.	O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e o <i>fluid recovery</i> “à brasileira”	324
Capítulo 7	* A ação popular como instrumento de processo coletivo	329
7.1.	A Ação Popular e a tutela de direitos coletivos	329
7.2.	Ação Popular: origens e objeto	330
7.3.	Pedido em Ação Popular	333
7.4.	Legitimidade ativa em Ação Popular	336
7.5.	Legitimidade passiva em Ação Popular	339
7.6.	Aspectos procedimentais.....	341
7.7.	Sentença em Ação Popular	344
7.8.	Execução e coisa julgada	346

Capítulo 8 * O mandado de segurança como instrumento de processo coletivo	349
8.1. O mandado de segurança: aproximações iniciais	349
8.2. O mandado de segurança coletivo como ação coletiva	351
8.2.1. Do mandado de segurança ao mandado de segurança coletivo	351
8.2.2. O cânone da máxima efetividade	353
8.2.3. O tratamento infraconstitucional do mandado de segurança coletivo	354
8.3. Elementos procedimentais do mandado de segurança coletivo	356
8.3.1. Aspectos gerais	356
8.3.2. A legitimidade ativa do Ministério Público	362
8.3.3. O objeto do mandado de segurança coletivo: direitos difusos? ..	364
8.3.4. Coisa julgada e litispendência em mandado de segurança coletivo	367
Capítulo 9 * Incidente de resolução de demandas repetitivas	369
9.1. Aspectos gerais	369
9.2. Breves notas de direito comparado	372
9.3. Regime procedimental	378
9.4. A força vinculante da decisão do incidente. Precedente?	381
9.5. Incidente de Resolução de Demandas: análise crítica	385
Capítulo 10 * As ações coletivas passivas	389
10.1. Ações coletivas passivas: aspectos gerais	389
10.2. As modalidades de ação coletiva passiva	395
10.3. As ações coletivas passivas no cenário brasileiro	397
Referências Bibliográficas	405